



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 02/2021 - Abril/2021

Índice

04	Boletim Informativo - CAOPAM
05	Notícias do MPBA - MP aciona ex prefeito de Muniz Ferreira por falta de transparência e publicidade de atos oficiais
06	Notícias do MPBA - Covid-19: MP solicita à Justiça circulação de 100% da frota de ônibus em Salvador
06	Notícias do MPBA - MP apura acordo extrajudicial entre Município de Salvador e Aeroclube
06	Notícias do MPBA - Justiça anula homologação de acordo entre Município de Salvador e Aeroclube
07	Notícias do MPBA - Município de Juazeiro firma acordo para realização de concurso público para professor
07	Notícias do MPBA - MP firma acordo para que Prefeitura de Remanso regularize pagamento de servidores
07	Notícias do MPBA - MP recomenda que Prefeito de Remanso exonere filho de vice-prefeita de cargo de assessor
08	Notícias do MPBA - Cartel Forte: Gaeco cumpre mandados de busca em operação que investiga grupo criminoso com atuação no Detran-Ba
08	Notícias do MPBA - Justiça recebe denúncia oferecida pelo MP contra alvos da Operação Cartel Forte
08	Notícias do MPBA - Operação Cartel Forte: Cinco são denunciados por esquema de cobrança de propina no Detran

Índice

09	Notícias do MPBA - Cartel Forte: Gaeco cumpre mandados de busca em operação que investiga grupo criminoso com atuação no Detran-Ba
09	Notícias do MPBA - Justiça recebe denúncia oferecida pelo MP contra alvos da Operação Cartel Forte
09	Notícias do MPBA - Operação Cartel Forte: Cinco são denunciados por esquema de cobrança de propina no Detran
10	Notícias do MPBA - Cartel Forte: Justiça recebe denúncia do MP contra grupo criminoso com atuação no Detran-Ba
10	Notícias do MPBA - MP aciona ex prefeito de Mirante por ato de improbidade administrativa
10	Notícias do MPBA - MP ajuíza ação contra doação de terreno pelo Município de Irecê a igreja local
11	Notícias do MPBA - Coronavírus - MP aciona prefeito do Município de Wenceslau Guimarães que ‘furou a fila’ da vacinação
11	Notícias do MPBA - MP investiga possível não aplicação de vacina por agente de saúde em Município de Rio do Pires
11	Notícias do MPBA - Covid-19: Prefeito e vice de Sítio do Mato são acusados de furar fila da vacinação
12	Notícias do MPBA - MP solicita à Justiça proibição ao funcionamento de academias em Santo Antônio de Jesus
12	Notícias do MPBA - GT Coronavírus realiza reunião para debater situação epidemiológica da macrorregião de saúde do Extremo-Sul

Índice

12	Notícias do MPBA - Justiça suspende autorização para todo o comércio de Santo Antônio de Jesus funcionar no sábado
13	Notícias do MPBA - Coronavírus - MP promove reunião para discutir situação epidemiológica de Salvador e Região Metropolitana
13	Notícias do MPBA - GT Coronavírus realiza reunião para debater situação epidemiológica da macrorregião de saúde do Extremo-Sul
13	Notícias do MPBA - GT Coronavírus realiza reunião para debater situação epidemiológica da macrorregião de saúde norte
14	Notícias do STJ
15	Biblioteca Virtual - Pareceres Técnico-Jurídicos
16	Expediente

Boletim Informativo – CAOPAM

Prezados colegas,

Apresento a segunda edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2021. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Notícias do MPBA

MP aciona ex prefeito de Muniz Ferreira por falta de transparência e publicidade de atos oficiais

O Ministério público estadual, por meio do promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira, ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex prefeito do Município de Muniz Ferreira, Wellington Sena Vieira. Segundo o promotor de Justiça, a Casa Legislativa comunicou ao MP que o acionado, no ano de 2019, desatendeu reiteradamente os pedidos de informações que lhe foram dirigidos pelos vereadores, tais como a relação dos carros oficiais e contratados pelo Município, com a relação de motoristas e seus vencimentos, além de cópias de suas habilitações, relação de itinerário dos veículos e gastos com combustível. Na ação, o MP requer que o acionado seja condenado nas sanções previstas na Lei n°. 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa), incluindo, [Veja mais](#)



PROJETO

Transparência nas Contas Públicas

Notícias do MPBA

Covid-19: MP solicita à Justiça circulação de 100% da frota de ônibus em Salvador

O Ministério Público estadual solicitou à Justiça, em petição protocolada hoje, dia 2, que determine a circulação de 100% da frota de ônibus do sistema de transporte coletivo municipal na capital durante os horários de pico – das 5h às 8h, das 8h às 12h e das 15h às 21h. Segundo o pedido, a cidade conta hoje com apenas 83,19% dos ônibus circulando na cidade, conforme informações prestadas pela Secretaria municipal de Mobilidade Urbana (Semob), quando há reiterados relatos, inclusive na imprensa, [Continue lendo](#)

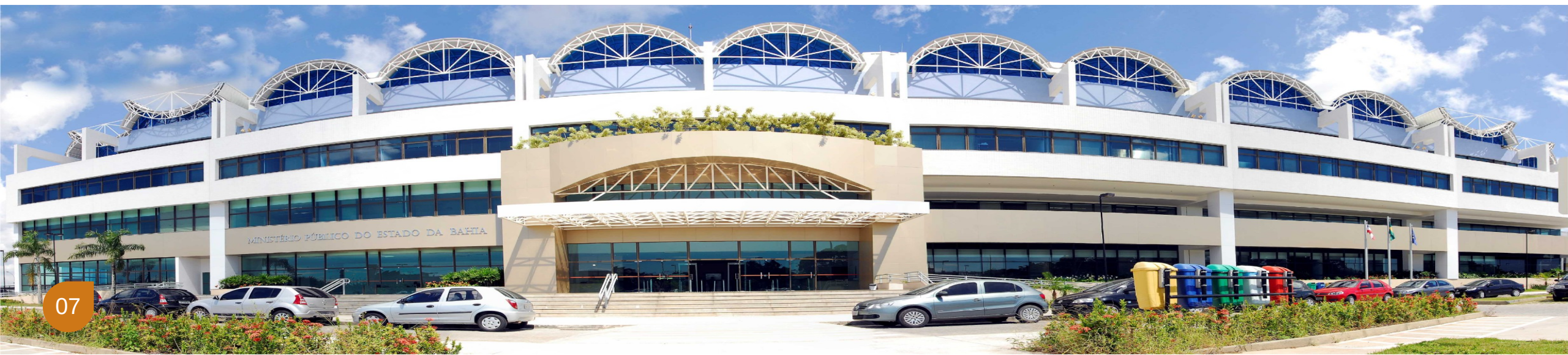
MP apura acordo extrajudicial entre Município de Salvador e Aeroclub

Promotores veem possível prejuízo ao erário em transação que favorece Consórcio Parques Urbanos em R\$ 28 milhões

O Ministério Público do Estado da Bahia instaurou inquérito civil para apurar possíveis prejuízos ao erário municipal em razão de transação extrajudicial entre o Município de Salvador e o Consórcio Parques Urbanos. No acordo, formalizado em dezembro do ano passado, o ente público se compromete a pagar mais de R\$ 20 milhões [Continue lendo](#)

Justiça anula homologação de acordo entre Município de Salvador e Aeroclub

A Justiça acolheu recurso interposto pelo Ministério Público estadual e anulou hoje, dia 6, a sentença que havia homologado transação extrajudicial realizada entre o Município de Salvador e o Consórcio Parques Urbanos. Formalizado em dezembro do ano passado, o acordo previa pagamento pelo ente público de mais de R\$ 20 milhões de indenização à empresa, além de compensação tributária oferecida pelo Município em aproximadamente R\$ 8 milhões, com o propósito de quitar [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

Município de Juazeiro firma acordo para realização de concurso público para professor

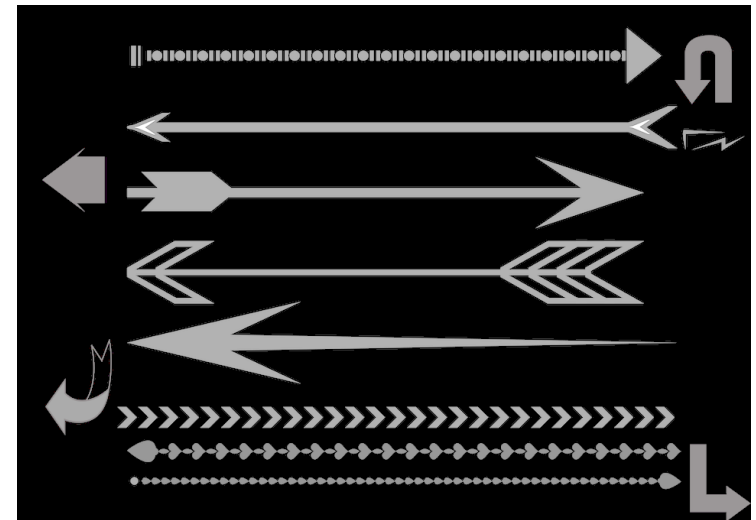
O Município de Juazeiro firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (Tac) com o Ministério Público estadual para realização de concurso público para provimento de no mínimo 250 vagas imediatas para professor da rede municipal, mais cadastro reserva. Segundo a promotora de Justiça Daniela Baqueiro, autora do Tac, o Município de Juazeiro poderá dar continuidade ao processo seletivo

[Continue lendo](#)



MP firma acordo para que Prefeitura de Remanso regularize pagamento de servidores

O Ministério Público estadual firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura Municipal de Remanso para que sejam pagos os salários atrasados dos servidores públicos efetivos do Município referentes ao final do exercício financeiro de 2020. Para isso, o acordo prevê o estabelecimento de um calendário de pagamento das verbas atrasadas mediante estudo de impacto orçamentário-financeiro. O Município terá um prazo de dez meses para a pagar todas as verbas salariais em atraso, bem como o décimo terceiro salário dos servidores públicos efetivos do Município de Remanso, referentes ao exercício financeiro de 2020. Caberá ao município realizar os eventuais repasses legais não realizados no exercício financeiro de 2020, quanto às contribuições previdenciárias, aos empréstimos consignados, ao pagamento de pensão alimentícia ou qualquer outra obrigação decorrente de decisão administrativa e judicial. [Confira](#)



MP recomenda que Prefeito de Remanso exonere filho de vice-prefeita de cargo de assessor

O ministério Público, por meio da promotora de Justiça Thays Rabelo da Costa, recomendou que o prefeito do Município de Remanso, Marcos Carvalho Palmeira, exonere Pedro Henrique Rosal do Valle do cargo em comissão de Assessor do Prefeito. Pedro é filho da vice-prefeita de Remanso, Renata Lemos Rosal do Valle. A recomendação foi expedida na última sexta-feira, dia 12, e deve ser cumprida num prazo de cinco dias. A recomendação orienta [Prössiga](#)

Notícias do MPBA



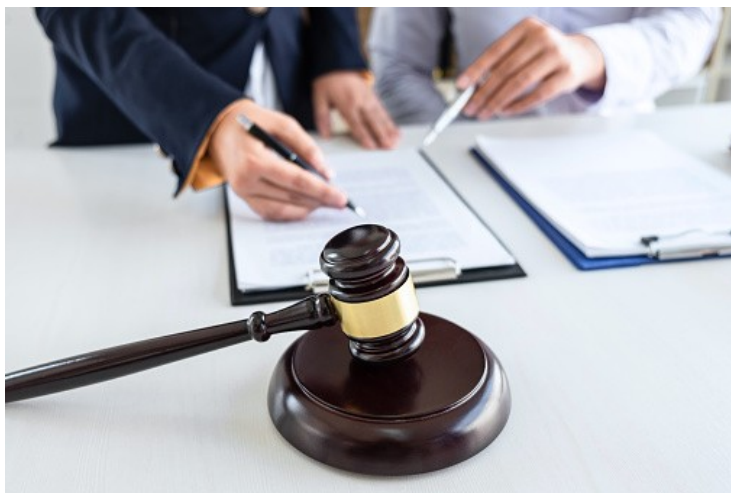
Cartel Forte: Gaeco cumpre mandados de busca em operação que investiga grupo criminoso com atuação no Detran-BA

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público estadual, em conjunto com a Polícia Civil, cumpriu na manhã de hoje, dia 11, quatro mandados de busca e apreensão em continuidade à “Operação Cartel Forte”, que investiga um esquema criminoso montado na prestação de serviço de estampamento de placas veiculares junto ao Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN-BA).

[Confira](#)

Justiça recebe denúncia oferecida pelo MP contra alvos da Operação Cartel Forte

O ex-prefeito do Município de Nazaré, Milton A Justiça recebeu denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) contra os envolvidos no esquema investigado pela Operação Cartel Forte, deflagrada na quinta-feira (11) pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). Foram denunciados Adriano Muniz Decia, Catiucia de Souza Dias, Rafael Angelo Eloi Decia e Ivan Carlos Castro do Carmo. Eles são apontados como operadores do esquema criminoso montado na [Prossiga](#)



Operação Cartel Forte: Cinco são denunciados por esquema de cobrança de propina no Detran

Segundo denúncia, servidores recebiam pagamento para direcionar vistorias

Cinco pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público estadual ontem, dia 5, por crimes de associação criminosa, corrupção ativa e passiva, como desdobramento da Operação Cartel Forte, que desarticulou esquema criminoso montado na prestação de serviço de estampamento de placas veiculares junto ao Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN-BA). Oferecida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) [Continue lendo](#)

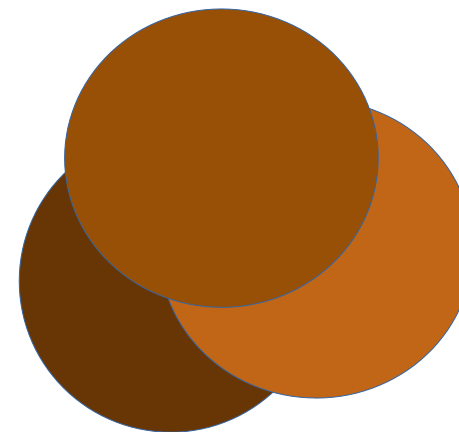
Notícias do MPBA

Cartel Forte: Justiça recebe denúncia do MP contra grupo criminoso com atuação no DETRAN-BA

A Justiça baiana recebeu nesta quinta-feira, dia 8, denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual contra cinco pessoas acusadas de integrar um esquema criminoso montado na prestação de serviço de estampamento de placas veiculares junto ao Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN-BA). A denúncia é um desdobramento das investigações da segunda fase da Operação Cartel Forte, liderada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco). Agora, todos responderão na Justiça por prática de associação criminosa. O presidente da Associação Baiana de Estampadores de Placas Veiculares e Similares (ABEPV), [Confira](#)

MP aciona ex prefeito de Mirante por ato de improbidade administrativa

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, acionou o ex prefeito do Município de Mirante, Francisco Lúcio Meira Santos, por conta de um ato que se configurou como perseguição política contra uma professora municipal. Segundo o promotor de Justiça, o ex prefeito não concedeu adicional de carga horária à professora, a ela fazia jus nos termos da legislação local, e em flagrante tratamento discriminatório em relação a outros professores, no ano de 2019, quando era prefeito de Mirante. Na ação, o MP requer que o acionado seja condenado pela prática do ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11, da Lei n. 8.429/92 e, conseqüentemente, nas sanções estabelecidas no art. 12, incluindo a suspensão dos direitos políticos de três a [Continue lendo](#)



MP ajuíza ação contra doação de terreno pelo Município de Irecê a igreja local

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra doação ilegal de terreno de 600 metros quadrados pelo Município de Irecê à Igreja Missionária Casa do Oleiro. Segundo a ação, ajuizada pela promotora de Justiça Edna Márcia de Oliveira no último dia 18, o terreno doado foi desmembrado do loteamento Lídio de Castro Dourado, conhecido como Flor de Mandacaru, destinado à construção de equipamentos urbanos comunitários, como praças públicas. A promotora pede que a Justiça declare nulo o ato de autorização da doação, casse o alvará de construção concedido pela Prefeitura para instalação de um templo no local e impeça o Município de [Prossiga](#)

Notícias do MPBA

Coronavírus - MP aciona prefeito do Município de Wenceslau Guimarães que 'furou a fila' da vacinação

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Rodrigo Pereira Anjo, ajuizou ação civil pública contra o prefeito de Wenceslau Guimarães, Carlos Alberto Lioterio dos Santos, que 'furou a fila' da vacinação do coronavírus. "Somadas todas as doses aplicadas (1ª e 2ª), no dia em que o prefeito foi vacinado, [Veja mais](#)



Crédito: <https://br.freepik.com/fotos/negocio>">Negócio foto criado por pressfoto - br.freepik.com

MP investiga possível não aplicação de vacina por agente de saúde em Município de Rio do Pires

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Karina Costa Freitas, está apurando as notícias veiculadas através de vídeo que demonstra ausência de aplicação do material imunizante da vacina do sars-cov-2 em idosa residente na Comunidade de Contagem, zona rural do município de Rio do Pires e está adotando as providências cabíveis para apurar os fatos e possível responsabilização. O MP já solicitou, com urgência, diversas informações ao Município com a missão de concretizar a apuração de [Leia mais](#)

Covid-19: Prefeito e vice de Sítio do Mato são acusados de furar fila da vacinação

O prefeito do município de Sítio do Mato Cássio Guimarães Cursino, o vice-prefeito Dionízio Antônio da Silva e o secretário municipal de Saúde Davi de Oliveira Nunes foram acusados pelo Ministério Público estadual de furar a fila da vacinação contra a Covid-19. Segundo ação civil pública ajuizada na última quarta-feira, dia 7, pelo promotor de Justiça Fábio Nunes Leal, os gestores municipais, embora não se enquadrassem nos grupos prioritários da primeira fase da imunização, vacinaram-se em 19 de janeiro deste ano, logo [Confira](#)

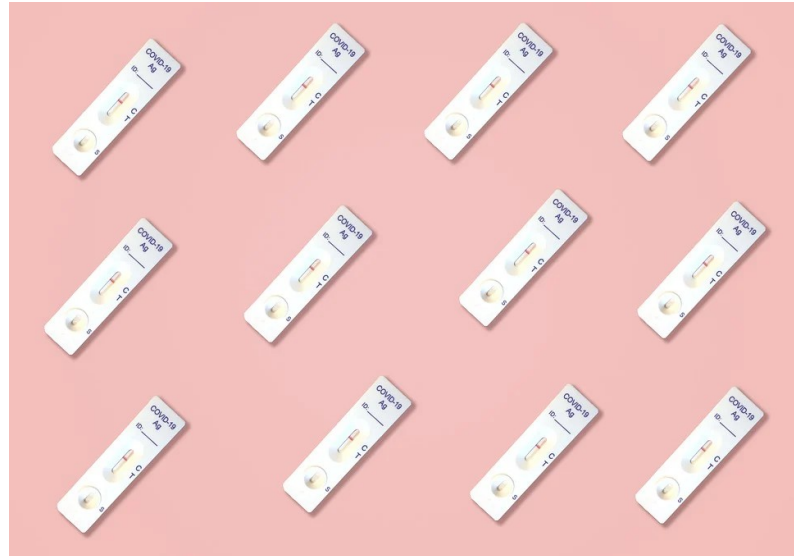


Crédito: https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-do-conceito-de-fila_5639723.htm#page=1&query=FILA&position=0

Notícias do MPBA

MP solicita à Justiça proibição ao funcionamento de academias em Santo Antônio de Jesus

O Ministério Público estadual solicitou à Justiça, em ação civil pública ajuizada ontem, dia 29, que revogue em decisão liminar autorização do funcionamento de academias de ginástica e outros estabelecimentos para realização de atividades físicas em Santo Antônio de Jesus. Os promotores de Justiça Thiago Cerqueira, Karina Santos, Danúbia Bittencourt, João Santana e Felipe [Leia mais](#)



MP baiano participa da 4ª fase da 'Operação Falso Negativo'

Operação que apura ilegalidades na compra de testes de COVID-19 cumpriu seis mandados de busca e apreensão na Bahia

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), participou na manhã dessa quarta-feira (3) com a Polícia Civil da 4ª Fase da 'Operação Falso Negativo', realizada pelo MP do Distrito Federal. A operação, que visa apurar ilegalidades na compra de testes de COVID-19, cumpriu seis mandados de busca e apreensão em escritórios de [Veja mais](#)



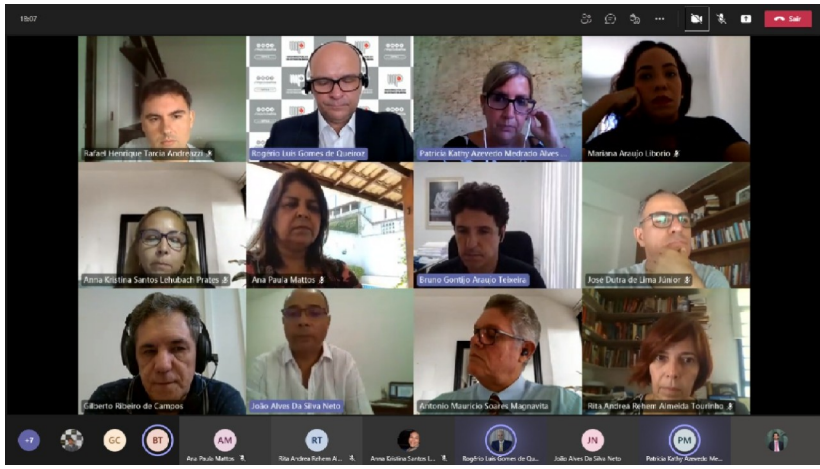
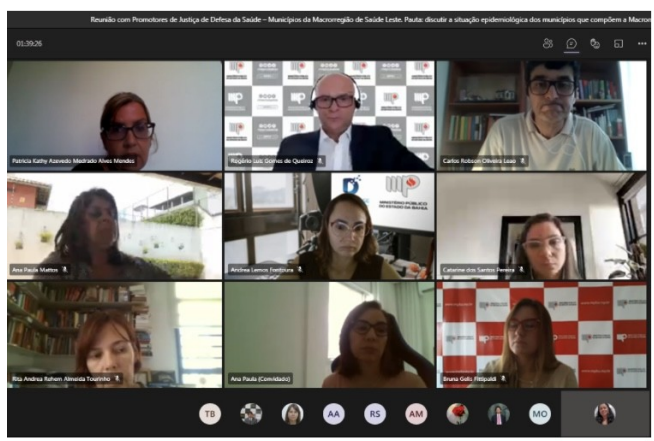
Justiça suspende autorização para todo o comércio de Santo Antônio de Jesus funcionar no sábado

A Justiça suspendeu hoje, dia 31, a pedido do Ministério Público estadual, dois artigos de decreto municipal da Prefeitura de Santo de Jesus que autorizaram o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais da cidade no próximo dia 3 de abril. O decreto foi publicado ontem, dia 30. A petição foi protocolada pelos promotores de Justiça Thiago Fonseca, Karina Santos, João Manoel Santana e Felipe Ranauro. Na decisão, o juiz Carlos Roberto Júnior concordou com o MP de que o decreto municipal flexibiliza indevidamente o decreto estadual que autoriza somente a abertura de atividades comerciais consideradas essenciais. [Confira](#)

Notícias do MPBA

Coronavírus - MP promove reunião para discutir situação epidemiológica de Salvador e Região Metropolitana

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações de enfrentamento do coronavírus (GT Coronavírus), promoveu nessa segunda (15) uma reunião com promotores de Justiça que atuam nos municípios da macrorregião leste (Salvador e Região Metropolitana) para discutir se [Confira](#)



GT Coronavírus realiza reunião para debater situação epidemiológica da macrorregião de saúde do Extremo-Sul

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações de enfrentamento do coronavírus (GT Coronavírus), promoveu nesta quarta-feira (17) uma reunião com promotores de Justiça que atuam nos municípios da macrorregião de saúde do Extremo-Sul da Bahia para discutir a situação epidemiológica da região. O principal assunto debatido na reunião foi a necessidade de que se cobre dos gestores municipais as informações relativas aos leitos dedicados a pacientes com Covid-19, tanto clínicos quanto de UTI. Também foi deliberado [Leia mais](#)

GT Coronavírus realiza reunião para debater situação epidemiológica da macrorregião de saúde norte

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações de enfrentamento do coronavírus (GT Coronavírus), promoveu nessa terça-feira (16) uma reunião com promotores de Justiça que atuam nos municípios da macrorregião de saúde norte da Bahia para discutir a situação epidemiológica da região. Atualmente, a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid na região está em 86% e alguns dos municípios da macrorregião, a exemplo de Antônio Gonçalves, não possuem um leito sequer, precisando transferir todos os seus pacientes para municípios vizinhos. O MPBA está atuando para verificar a quantidade de leitos, clínicos e de UTI, existentes nos [Prossiga](#)



Notícias do STJ

Improbidade administrativa. Homologação judicial de acordo. Art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/1992, com redação alterada pela Lei n. 13.964/2019. Possibilidade.

A Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", alterou o § 1º do art. 17 da Lei n. 8.429/1992, o qual passou a dispor que: § 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de não persecução cível, nos termos desta Lei. A referida Lei também introduziu o § 10-A ao art. 17 da LIA, com a seguinte redação: Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias. Com efeito, a aludida alteração trouxe a possibilidade de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa. [Confira](#)

Informativo STJ nº 0686 - Publicação: 01 de março de 2021



- Parecer Técnico-Jurídico n. 05/2021 - *Parecer técnico-jurídico sobre a legalidade da adesão, pelo município de Feira de Santana, à Ata de Registro de Preços do município de Salvador.* - [Texto integral](#)
- Parecer Técnico-Jurídico n. 06/2021 – *Orientação técnico-jurídica sobre nepotismo nos Poderes Públicos.* - [Texto integral](#)
- Parecer Técnico-Jurídico n. 07/2021 – *Parecer técnico-jurídico sobre os limites das atribuições criminais das Promotorias de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia. Inconveniência prática da aplicação do critério albergado pela Resolução nº 03/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e necessidade de sua revisão para adequação ao novo contexto institucional e às balizas fornecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público por meio da Recomendação CNMP nº 42/2016-* [Texto integral](#)



Expediente

Índice

Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti




CAOPAM - Coordenador
Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas

Evanilda da Silva Santos
Juliana Fernandes Prado
Juliana Gouvea Dumas
Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM - Analista Técnico-Jurídica
Renata Sueli Leite Araújo Barreto

CAOPAM - Analista Técnico-Contábil
Olívia Vanaá Almeida Franco

 caopam@mpba.mp.br
 71 3103-6400
 71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À
MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui